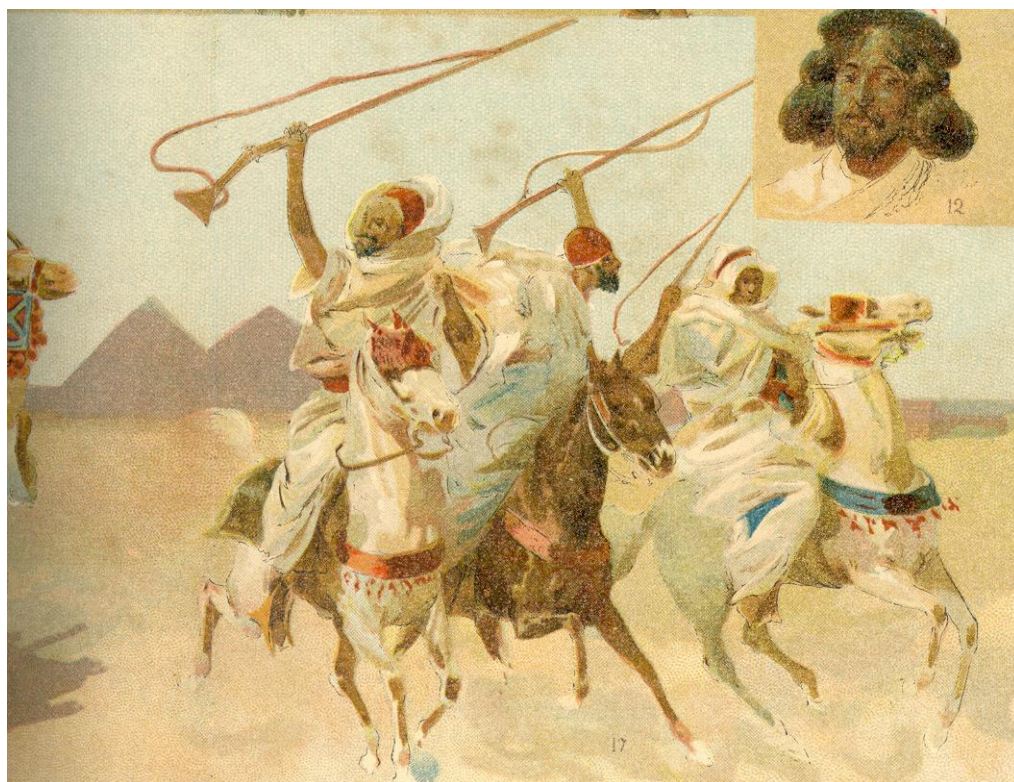


A invasão muçulmana na África

Por John Coleman de Graft-Johnson – 1965

Tradução: José Luiz P. da Costa – jun 2009



Tem sido registrado que os imperadores romanos que, inicialmente, perseguiram a Igreja Cristã, em anos mais adiantados se tornaram mais tolerantes e, mesmo, chegaram a aceitar essa Igreja como a oficial. Mais tarde, ainda, no reinado de Justiniano, o Estado engajava-se fortemente num trabalho missionário, e descobre-se Juliano¹ a receber da imperadora Teodora permissão para pregar o cristianismo entre os negros de Nobadae².

Referência foi feita à visão de certos eruditos europeus, brancos, quanto ao ensinamento do cristianismo aos negros, e foi demonstrado, pelas palavras de um político francês, que os interesses do Estado e os da Igreja se confundiam. As observações de Maurice Martin Du Gard³ podem ser usadas para expressar a visão dos imperadores

¹ Apenas um velho presbítero.

² Uma das nações núbias.

³ 1896-1970, escritor e jornalista francês.

bizantinos que governaram a África após o general justiniano, Belisário⁴, haver derrotado os vândalos, em 533.

Ficou assinalado haver sido Juliano, presbítero sob Teodósio, o patriarca de Alexandria. E qual a importância do patriarca? Quando respondermos a esta questão, saberemos do estado das coisas no norte da África, às vésperas da invasão árabe. Saberemos também algo sobre o papel bizantino no século sexto e início do século sétimo.

O Egito era governado desde Alexandria, uma cidade com caráter mais grego do que egípcio. Mesmo hoje, a cidade é repleta de gregos, e muitos a ela se referem como a Alexandria grega – a cidade fundada por Alexandre o Grande, da Macedônia.

Sob o governo bizantino, Alexandria era tanto a capital temporal quanto espiritual do Egito. A igreja Grega Ortodoxa controlava a cidade, e a Igreja era por sua vez controlada pelo Imperador do Leste – o imperador do Império Bizantino ou a metade oriental.

O patriarca da igreja Grega Ortodoxa no Egito era comumente indicado pelo imperador bizantino, da mesma forma que hoje em dia o arcebispo de Canterbury é nomeado pela rainha da Inglaterra. O patriarca de Alexandria não era apenas o chefe da igreja no Egito, era também chefe de Estado, o prefeito do Egito, para dar-lhe seu adequado título administrativo.

Sob o domínio bizantino, o patriarca de Alexandria despendeu muito de tempo e energia perseguindo os não ortodoxos, tais como os monofisistas e os jacobitas, cuja Igreja se tornou a fé oficial dos egípcios ou coptas, a contrastar com os povos de origem grega. A Igreja Coptica era uma entidade nacionalista, constituindo-se em verdadeira expressão do nacionalismo africano.

Deve ser notado que durante os derradeiros anos do século sexto e primeiros do sétimo, os negros de Nobadae, os negros da Núbia e os meio hamíticos Blemmyes (os Fuzzy-wuzzies de um poema de Rudyard Kipling) mantinham completo controle do Alto Egito, e por laços religiosos e parciais afinidades de raça, tinha laços de amizade com as massas egípcias.

Em 616, o exército persa, sob o comando de Chosroes II⁵ invadiu o Egito e o manteve sob controle por dez anos. Alguns historiadores mercam 619 como o ano da conquista do Egito – a verdade é que a conquista se completou nesse ano, o vigésimo nono do reinado de Chosroes II, rei da Pérsia. Os persas expulsaram os abissínios da Arábia ocidental e mesmo os perseguiram até a Abissínia do leste.

⁴ Flavius Belisarius, 505-565.

⁵ Chosroes II (ou Khosrow II ou Khosrau II) (morte: 628)

Forças bizantinas e persas chegaram ao conflito, que foi vencido de início pelos persas – mas isto não significou toda a história – o conflito específico foi apenas um episódio de um contexto maior, um contexto que afetou, mesmo, o pensamento humano.

H. G. Wells, escreveu:

Tanto na Pérsia quanto em Bizâncio aqueles eram tempos de intolerância. Ambos os impérios eram entidades religiosas em uma nova forma – um modo que obstaculizava fortemente as atividades do pensamento.

Por certo, os mais antigos impérios do mundo foram impérios religiosos, embasados no culto a um deus ou um rei-deus. Alexandre era tratado como uma divindade e os Cesares foram deuses em tal grau que tinham altares e templos a eles devotados; uma oferenda de incenso era feita para testar a lealdade ao Estado romano. Mas essas mais antigas religiões eram essencialmente religiões de ato e de fato. Não invadiam a mente. Se um homem oferecesse seu sacrifício e se curvasse ante um deus, não se lhe obstruía não apenas pensar, mas praticamente dizer qualquer coisa que desejasse quanto à sua iniciativa. Todavia, o novo tipo de religião que emergia no mundo, e particularmente a cristandade, tornara-se interior. Essas novas fés exigiam não apenas conformidade, mas compreensão da crença. Naturalmente, feroz controvérsia se dava a respeito do exato significado das coisas em que criam. Essas novas religiões eram credos religiosos. O mundo se confrontava com uma nova palavra: ortodoxia, e com uma rigorosa determinação de manter não apenas os atos, mas o discurso e pensamento privado dentro dos limites a um núcleo doutrinal. Por ser portador de uma opinião errada; mais grave: por levá-la a outrem, não mais era considerado como um defeito intelectual, mas uma falta moral que poderia condenar uma alma à eterna destruição. (H.G.Wells, *A Short History of the World*, pp. 180-1).

Alguns dos governantes da Terra encontraram nos novos credos religiosos meio de usar e controlar a vontade dos homens. No Império Romano, Constantino, o Grande, fez uso da religião cristã exatamente por essa razão. E na Pérsia, Ardashir I transformou a ancestral religião dos persas, Zoroastréia, numa religião de Estado, baseado na mesma premissa que levou Constantino a adotar a fé cristã.

As duas religiões aparentavam ser mutuamente exclusivas, e assim se apresentaram para um conflito direto. Todas as idéias eram suspeitas, e os fundadores das novas crenças postavam-se em perigo de serem exterminados. Essa foi, em verdade, a idade da intolerância;

tempo que tornou o progresso científico impossível, pois “*ciência exige, antes de mais nada, a livre ação de uma mente livre*”. (H.G.Wells, *A Short History of the World*, pp. 180-2).

No século sexto, o campeão da cristandade, imperador Justiniano, foi posto em oposição a Chosroes I, rei da Pérsia, e campeão da Zoroastréia. No início do século sétimo, os campeões das duas fés eram os imperadores, bizantino Heráclio e persa Chorsroes II, que, parece, recebeu uma ajuda superior. Ele capturou Antioquia, Damasco e Jerusalém – seus exércitos chegaram à Calcedônia, na Ásia Menor. Em 619, encontrava-se em plena ocupação do Egito. Mas a ocupação persa teve uma vida curta, pois em 626 o imperador Heráclio despachou um exército para atacar os persas e na Batalha de Nineveh, em 627, o exército persa foi expulso do Egito. Sem dúvidas, Chorsroes II estava pronto para reparar os infortúnios dos persas, porém, em 628, um ano após a Batalha de Nineveh, foi deposto e assassinado por seu filho, Kavadh, que imediatamente assinou um tratado de paz com o Império Bizantino, uma vez que chegou a conclusão que a mútua política de destruição seguida pelos persas e bizantinos era a quintessência da tolice.

Bizâncio e a Pérsia lutaram sua última guerra. Mas poucos, até agora, sonharam com a tempestade que mesmo então se armava nos desertos, para pôr um fim para sempre a essa luta crônica e sem propósito. (H.G.Wells, *A Short History of the World*, pp. 182).

O imperador Heráclio se encontrava na Síria, restabelecendo a ordem quando recebeu uma carta. Estava escrita em árabe e foi entregue no posto avançado de Bostra, ao sul de Damasco. A missiva teve de ser traduzida para Heráclio, posto que naquele tempo o árabe fosse uma obscura língua semítica do deserto. A carta era assinada por alguém que chamava a si mesmo de “Maomé, o profeta de Deus”, e exigia que o imperador devesse reconhecer o Deus Único e Verdadeiro e a esse servir.

A mesma carta chegou a Kavadh, rei da Pérsia em Ctesiphon. Não se sabe qual foi a reação de Heráclio quando recebeu a carta de Maomé; mas sabe-se que Kavadh ficou tão irritado que rasgou o documento e expulsou o mensageiro.

Outra religião entrava em cena, e o seu fundador conclamava os dois grandes regentes do mundo a ela submeterem-se. Quem era esse profeta Maomé, audacioso o bastante para exigir que dois grandes governantes possuidores de suas próprias Igrejas de Estado, a ele se submetessem?

Maomé nasceu em 571, seis anos após a morte do imperador Justiniano. Alguns asseguram que ele nasceu em Meca, ainda que outros acreditem que teria nascido em Medina.

Maomé, ou o Louvador, desponta na história, primeiramente como marido da viúva de um rico mercador na cidade de Meca. Ele era um árabe da tribo Quraish, Arábia ocidental, fruto de uma família pobre, mas respeitada e influente. Quando, mais tarde, o casamento lhe trouxe dinheiro e prazer, desenvolveu uma inclinação mística.

Meca era, àquele tempo, um centro de culto pagão renomado em toda a Arábia. O culto centrava-se na veneração a uma maravilhosa pedra preta (El Ka'aba) – restos de um imenso meteorito. Em paralelo à adoração desse monólito, dava-se a veneração à deusa Allat. “Allat” viria a se tornar a origem do nome “Alá”, aplicado por Maomé para designar o Deus Supremo. Alá adquiriu um sentido masculino, embora, na origem, o nome fosse feminino.

O período entre 571 e 632, 61 anos que assinalaram o período em que Maomé viveu, foi de grande importância para a história da África – em verdade, para a história de todo o mundo. A história da África após Maomé é completamente diversa da anterior. A história do norte da África mudou completamente durante meados do século sétimo. Aqueles 61 anos da vida de Maomé são de cardinal importância para nós, mesmo hoje em dia, pois o Islã nasceu então, e os seguidores da fé maometana assinalam como o surgimento de sua religião a Hégira, a luta por Meca, que aconteceu em 622, dez anos antes da morte de Maomé. Nessa batalha Maomé estava acompanhado de seu fiel amigo e discípulo Abu Bekr.

Foi provavelmente em 611, quando Maomé teria cerca de quarenta anos de idade, que começou a desenvolver características de profeta, similar às daquelas dos profetas hebreus, um mil e duzentos anos antes de si. Maomé falou primeiro à sua mulher a respeito do Deus Único e Verdadeiro, depois estendeu suas profecias a seus serventes e amigos próximos, os quais ele tornou discípulos.

Maomé baseou sua religião, em larga porção, nas Escrituras dos judeus, em algumas idéias cristãs e um ou dois princípios vindos do zoroastrismo persa. Declarou-se como o dos profetas escolhidos por Deus, com a missão de cunhar uma religião perfeita para uma humanidade corrompida. Aceitava que Abraão e Jesus Cristo foram seus precursores, e que Deus o ordenou, deveria completar e aperfeiçoar a revelação de Sua vontade.

Maomé era uma pessoa terna e com um grande magnetismo pessoal, capaz de seduzir a mente das pessoas. Era algo como um poeta, o que lhe permitia produzir versos religiosos em parêntese de versos ritmados, uma forma que tornava fácil para seus seguidores memorizá-los. Esses versos religiosos, dizia Maomé, lhe foram transmitidos por um anjo. Ele também reivindicava haver tido uma “estranha visão na qual fora conduzido aos céus até Deus e instruído de sua missão”.

Em 623 – ou seja, um ano após a Hégira, a luta por Meca – Maomé atraiu a atenção, não apenas por estabelecer-se no oásis de Yathrib ou Medina, não somente como líder de um bando invasor de árabes, mas também como líder de uma nova e mística religião.

Mas a gente de Meca estava determinada a caçar e eliminar Maomé, assim que uma guerra irrompeu entre Meca e Medina. É fácil entender a situação. Meca já era o centro de uma religião árabe bem estabelecida, e milhares de peregrinos lá compareciam todos os anos para adorar a maravilhosa pedra preta – El Ka'aba – a deusa Allat. Eis que aparece Maomé pregando a destruição da Ka'aba e de Allat, trazendo assim a ruína financeira de todo um grupo de sacerdotes, funcionários públicos e comerciantes que lucravam com o movimento intenso de peregrinos que vinham para a veneração em Meca. Grandes interesses ditavam que Maomé tinha de ser destruído, e Maomé compreendeu tão bem a situação que quando um último tratado foi assinado entre Medina e Meca, Maomé estipulou que Meca seria a cidade sagrada para os convertidos à nova religião e que a peregrinação à Meca continuaria, da mesma forma que ocorria antes no culto pagão. Em 629 Maomé retornou à Meca como seu senhor, apenas um ano após ele, em sua capacidade como um bandido árabe operando desde Medina e como fundador de uma nova e obscura religião, tenha sido tão corajoso a ponto de enviar mensageiros até Heráclio, imperador bizantino, e a Kavadh, rei persa e para Tai-tsung, imperador chinês, conclamando esses poderosos governantes a adorarem ao Deus Único e Verdadeiro, cujo profeta era Maomé. Deve ser registrado que o imperador da China não apenas recebeu bem a mensagem de Maomé, mas permitiu que fosse erigida uma mesquita em Cantão – construção que existe ainda hoje, a mais antiga mesquita do mundo.

Maomé, agora o senhor de Meca, fez muito por espalhar seu poder e influência sobre toda a Arábia. Os derradeiros anos de vida mostram – no casado com um expressivo número de mulheres, muito maior do que ele havia estipulado para seus seguidores.

Maomé era descrito como uma mistura de vaidade pessoal, ganância, capacidade de ignorar argumentos lógicos, e uma sincera paixão religiosa. Partiu deste mundo deixando um livro de instruções religiosas – o Alcorão –, tido haver sido feito, ou por inspiração divina ou face comunicado a ele por Deus. Historiador registra:

Também, quando os evidentes defeitos da vida de Maomé e os documentos que deixou, foram liberados, no Islã se manteve essa fé que impôs por sobre os árabes – muita força e inspiração. Primeiro, por seu inflexível monoteísmo; sua simples e entusiástica fé no comando e paternalismo de Deus, e seu descomprometimento com complicações teológicas. Segundo, seu completo afastamento do sacerdote, do sacrifício

e de seu templo. Criara uma religião inteiramente profética, protegida contra qualquer tentativa de sacrifícios cruentos. No Alcorão, a limitada e cerimonial natureza da peregrinação à Meca estão postadas além da possibilidade de disputa, e toda precaução foi tomada por Maomé para prevenir a deificação de si mesmo após a morte. E um terceiro elemento de força jaz na insistência do Islã quanto à perfeita irmandade e igualdade ante Deus por todos os crentes, independentemente de cor, origem ou situação.

Estes os elementos que fizeram do Islã uma força nas relações humanas. Foi dito que o verdadeiro fundador do império islamita foi nem tanto Maomé, mas seu amigo e ajudante Abu Bekr. Se Maomé, com seu caráter instável, foi a mente e concepção do antigo Islã, Abu Bekr foi a consciência e a vontade. Sempre que Maomé hesitava, Abu o sustentava. E quando Maomé morreu Abu Bekr se tornou califa (sucessor), e com a fé que move montanhas ele se encarregou, simples e racionalmente a organizar o domínio de todo o mundo a Alá. (H.G.Wells, *A Short History of the World*, p. 188).

Os eventos que se seguiram pertencem não apenas ao campo dos especializados estudos africanos, mas muito mais amplamente à história universal. As conquistas dos maometanos que se seguiram à morte de Maomé são descritas como as mais surpreendentes em toda a história. Em apenas dois anos o exército bizantino foi esmagado pelo califa Abu Bekr, na Batalha de Farmik, um tributário do rio Jordão; e o imperador Heráclito, enfraquecido pela hidropisia, terminou vendo seus novos conquistadores na Síria, Damasco, Palmira, Antioquia, Jerusalém e outras partes conquistadas pelos árabes. Três anos depois, em 637, em Kadessia, o exército persa sob o comando do hábil general Rustam, lutou por três dias contra os muçulmanos árabes; todavia, os persas não conseguiram sustentar a batalha contra aqueles lutadores fanáticos religiosos. A Pérsia caiu; mas os muçulmanos não iriam parar por aí suas conquistas.

As forças muçulmanas deslocaram até o distante Turquestão ocidental, e após para o leste, conquistando tudo por onde passavam, até encontrar os chineses.

No que concerne ao primeiro ataque árabe ou muçulmano à África teria ocorrido oito anos após a morte de Maomé. Em 640 Amir ibn-al-As invadiu o Egito. Kuros, patriarca de Alexandria, que se tornou o prefeito do Egito em 630, era ainda um governante e vice-rei bizantino, no Egito. Amir ibn-al-As capturou Pelusium, assassinou a guarnição, e em torno a 642 o Egito se tornou uma província do Império dos árabes. Muitos historiadores sustentam

que os árabes tiveram uma vitória fácil no Egito e outras partes do norte da África; mas um historiador registra:

Não é correto afirmar que eles arrebataram tudo à sua frente, imediatamente. Encontraram, sim, os muçulmanos, uma feroz resistência e muitas vezes foram rechaçados. Mas a história esqueceu detalhes da luta; a magnitude do sucesso final obliterou a oposição fracassada aos novos mandantes, no norte da África. (Jane Soames, *The Coast of the Barbary*, pp. 90-1.

Em 642 os árabes estavam controlando a Cirenaica. Durante os anos 647-8 forças árabes sob o comando de Abdullah-bin-Zubeir e Abdullah-bin-Abu-Sarh invadiram Tripoli, onde lutaram, conquistaram e mataram o governador bizantino Gregory o Patrício, que anteriormente havia se rebelado contra Bizâncio e assumira o pomposo título de “Imperador da África”.

Os árabes foram adiante pela Tunísia e Argélia, mas posteriormente o governador do sul da Tunísia pagou 300 quintais de ouro, para induzi-los a deixar seu território. Foi aceito o dinheiro e retrocederam, mas retornaram mais adiante, e em 672 os muçulmanos, invasores da África, estavam firmemente estabelecidos na Tunísia e fundaram a cidade de Cairuão, para proteger suas linhas de comunicação com o Egito a servir como guarnição permanente de defesa contra a resistência nativa.

A data exata da fundação de Cairuão tem-se como 671 – o 50º aniversário da Hégira. A cidade foi fundada por Oqbar-ben-Nafi; e historiadores árabes, que via de regra são imaginativos na descrição de eventos, narram que ele não desejava fundar uma cidade na costa por que poderia ser facilmente atacada, assim que ele vagou através do que era então impenetrável floresta, cheia de animais selvagens e venenosas serpentes. Oqbar-bem-Nafi teria se dirigido assim aos animais bravios e serpentes: “Ó vocês, serpentes e animais da selva, saibam que nós somos os companheiros do Profeta de Alá! Saiam, pois, deste sítio onde decidimos nos fixar. Se os encontrarmos no futuro, os mataremos impiedosamente”. (Mrs. Steuart Erskine, em *The Vanished Cities of Northern Africa*, PP. 151-2”).

Os historiadores árabes dizem que as serpentes e os animais bravios, entendendo a mensagem, desapareceram do local e por quarenta anos, nenhuma simples cobra foi vista a distância de quilômetros, da cidade sagrada. Oqbar-ben-Nafi (ou Oqbar-bin-Nafa), fundador de Cairuão, terceira cidade sagrada dos muçulmanos, recebe o crédito, também, de haver retomado a conquista da África, após os árabes haverem sido subornados, em 648, para deixar o sul da Tunísia. Em 669 Oqbar-ben-Nafi aniquilou Fezã e foi nomeado governador de

Ifriqiah, hoje a moderna Tunísia. Dinar Bu'l Muhajr foi indicado para suceder a Oqbar-bem-Nafi e levou a conquista do norte da África para o oeste até alcançar o distante Glemsan, na fronteira com o atual Marrocos. Em 681, Oqbar-ben-Nafi foi nomeado novamente governador e manteve suas conquistas em direção às costas do Atlântico. Mas este seu segundo termo durou por apenas um ano, eis que os habitantes daquela parte do norte africano compreenderam que a voracidade e ganância dos árabes era semelhante a dos romanos, gregos e vândalos e decidiram por levantar-se contra a dominação árabe. Os norte-africanos marcharam sob o comando de um certo Kuseila que desafiou e matou a Oqbar-ben-Nafi em 682. Kuseila governou como rei da Mauritânia durante cinco anos, mas em 688 foi derrotado e morto por novas tropas árabes.

Sua posição como líder da resistência africana foi rapidamente ocupada por um parente – uma mulher chamada Dahia-al-Kahina. Sob sua liderança os africanos resistiram valentemente e forçaram o exército árabe a marchar até Tripolitânia.

O general árabe Hassan-bin-Numan teve sucesso em capturar Cartago em 698. Mas sua vitória teve vida curta, pois Kahina, liderando as forças africanas, outra vez expulsos os árabes liderados por Hassan da cidade.

A situação começava a ficar desesperadora, todavia, a rainha Kahina, brava defensora da África, ordenou uma terrível devastação dos férteis distritos do Bizâncio, assim que, sem comida e abrigo manteve os árabes à distância. Essa devastação, contudo, levou à deterioração de um magnífico país, e desde então os resultados desse último ato desesperado ato de Kahina está estampado no próprio solo do sul da Tunísia.

Kahina finalmente foi derrotada e morta por Hassan-bin-Numan, em 705 e com sua morte chegou ao fim uma das mais resolutas tentativas de manter a África para os africanos.

A seguir, as palavras finais no livro *African Glory – The Story of Vanished Negro Civilizations*, – um texto de autoria de John Henrik Clarke, professor emérito de Hunter College, Nova York, produzido em 1986. A tradução:

GLÓRIA AFRICANA
J.C. deGRAFT-JOHNSON E
O RENASCIMENTO DO REGISTRO
DA HISTÓRIA AFRICANA POR
DESCENDENTES DE AFRICANOS

Glória Africana é a história geral da África escrita por um intelectual nativo. Dr. J. C. de-Graft-Johnson escreve sobre toda a África e mostra a inter-relação entre o Norte e o Sul. Essa assertiva não seria necessária, senão por causa de falsos juízos a respeito do norte da África, especialmente o Egito, como sendo uma parte da Ásia ocidental (atualmente chamada de Oriente Médio). O livro é uma conquista em muitos outros aspectos. Os capítulos sobre o período romano mostram que a África foi o coração geográfico do Império Romano e seu celeiro de reflexões, a África do Norte foi a principal área do nascimento e declínio do Império Romano.

Este livro foi publicado em 1954, à véspera da “*explosão de Independências*” na África e o início do movimento dos Direitos Civis nos Estados Unidos. O colonialismo e o comportamento que lhe era inerente estavam sendo desafiados pelos povos africanos e de outras partes do mundo. Ao demandar o direito de governar sua terra, estavam também lutando por interpretar sua história.

Dentre os povos da costa oeste da África, os ganenses têm a mais antiga tradição de escrever e desafiar a opinião europeia, quanto à sua história. Os ganenses estavam já a escrever constituições para si quando isto se constituía em infração à lei colonial britânica. No século dezenove, produziram uma classe intelectual treinada por missionários, que ousou desafiar esses mesmos missionários. No período em que o país era chamado de Costa do Ouro, havia uma forma local de instrução que se mostrara muito efetiva em manter vivas as respectivas histórias e culturas dos diferentes grupos étnicos que formam a nação. Então, livros europeus circulavam e eram lidos.

Em seu panfleto, *Obligation in Akan Society* (Obrigações na sociedade Akan), o grande intelectual ganense, Joseph B. Danquah chamou a atenção para o fato de os povos de Gana e

da África, em geral, possuírem normas a definir o certo e o errado, muito antes de seu encontro com a interpretação européia da cristandade.

Quase todo o império humano que surgiu no mundo, material ou espiritual, encontrou algumas de suas maiores crises no continente africano, desde a Grécia até a Grã-Bretanha. Como [Theodor] Mommsen diz, “foi através da África que a cristandade se tornou uma religião mundial”. Na África o derradeiro jorro das invasões germânicas foi ouvido com o último suspiro de Bizâncio – e ainda, novamente na África que o Islã despontou para seu grande papel de conquistar e civilizar.

No restabelecimento de uma ligação com a África e na busca de uma mais ilustre imagem do continente e seu povo, os pioneiros escritos afro-americanos, nos Estados Unidos, logo aprenderam que a África... era um importante fator na história universal, e que o grande drama da humanidade, do surgimento e declínio de nações, a África desempenhou todos os papéis, do santo ao bufão.

Esses escritores, pregadores e pessoas auto-educadas referiam-se a si mesmos principalmente como africanos – não “*homens de cor*”, nem “*negros*”, tampouco “*pretos*”, mas, africanos! Praticamente todas as suas organizações ostentavam o nome “*Africano*”, e consideravam-se um povo africano. Esses pequenos grupos de libertos ou escravos fugitivos começaram a se estruturar durante as últimas décadas do século dezoito. Ao fim desse século eles eram encontrados como rábulas, pregadores abolicionistas e panfletistas. Seus escritos e seu lugar na história encontram-se bem registrados no livro recente, *Early Negro Writings, 1760-1837*, escrito por Dorothy Porter, Moorland Collections, Howard University. As informações a seguir são excertos das partes um e dois do livro:

Os primeiros talentos literários dos afro-americanos começaram a se desenvolver entre os anos de 1760 e 1837, competindo com instituições de mútuo socorro, que expressam sua consciência social. Em muitos casos, essas organizações ostentavam nomes africanos e seus líderes se referiam à África como sua terra natal.

Essa antiga disposição de associação visando seu progresso assegurou uma base para os semi-educados, bem como para os já educados e os ambiciosos dentre os filhos da África, nos Estados Unidos. Os nomes dessas organizações sugerem que elas eram dirigidas, em essência, para o progresso da situação social e política dos negros.

A “*Free African Society*” (Sociedade Livre Africana) foi formada por negros metodistas em 1787. Sob a liderança de Richard Allen e Absalon Jones, gerou nos Estados Unidos a Igreja dos Negros, a Igreja Episcopal Metodista Africana. As pioneiras igrejas dos negros eram mais do que organizações religiosas. Prestavam serviços de agências sociais, editoras, centros comunitários e, ocasionalmente, pontos de esconderijo para escravos fugitivos. Os

pioneiros protestos e produções literárias dos negros livres na Nova Inglaterra encontraram vazão nas igrejas e organizações afiliadas às mesmas. No ensaio, *On Freedom With Observations On The Origins of Slavery* (Em liberdade, com observações sobre as origens da escravidão), escrito por um membro de *Sons of African Society* (Filhos da Sociedade Africana), formada em 1798, o autor delinea algumas das dificuldades que os negros estavam encontrando na busca pela liberdade, e expressa apreciação às pessoas da cidade de Salem, Massachusetts, por demonstrar indicativos de aprovação à liberdade dos africanos”. Esses panfletos, cartazes de parede e monografias continuariam a aparecer por toda a primeira metade do século dezenove e seus escritos ajudariam a estabelecer a nascente imprensa dos negros nos Estados Unidos. Alguns desses escritores se tornaram editores de jornais como: *Freedom Journal*, *The North Star* e *The Anglo-African Magazine*.

O retorno espiritual e cultural para a África se reflete nos nomes das pioneiras instituições afro-americanas, especialmente nas igrejas. Em seu livro *The Redemption Of Africa And Black Religion* (A Redenção da África e Religião dos Negros), o professor St. Clair Drake assim pinta a igreja afro-americana durante os anos de sua formação:

Os negros sob a escravidão voltaram-se para a Bíblia, para provar que negros da Etiópia foram poderosos e respeitados, ao tempo em que os brancos eram bárbaros. A Etiópia tornou-se um símbolo de toda a África; e, por todo o século dezenove, a redenção da África se tornou um importante foco de atividade significativa para os líderes negros do Novo Mundo. *Etiopismo* tornou-se um mito emergente tanto no Novo Mundo quanto na própria África, pelos movimentos pré-políticos que surgiram ao tempo em que os desprovidos de poder reuniam suas forças para a uma realística e gratificante atividade política. Suas energias agora estão quase exauridas, mas o *Etiopismo* deixou um duradouro legado aos povos que lutam pelo Poder Negro no século vinte, e alguns de seus desdobramentos necessitam ser compreendidos.

Nos derradeiros anos do século dezenove, os africanos das ilhas do Caribe, América do Sul e Estados Unidos continuaram a objetar às imagens distorcidas de africanos em livros elementares, geografias, livros de viagem e histórias. Já no distante ano de 1881, o renomado Dr. Edward Wilmot Blyden [1832-1912], por ocasião de sua posse como presidente do *Liberia College*⁶, clamou por uma nova abordagem para o ensino da história e cultura africanas. Dr. Blyden é o mais renomado dos eruditos caribenhos que retornaram para a África. Dentre seus muitos livros, *Christianity, Islam and The Negro Race* (Cristandade, Islã e a Raça Negra), com primeira edição em 1887 e reeditado em 1967, é um clássico perene.

⁶ Fundada por afro-americanos, em 1863, em Monróvia, capital da Libéria, África ocidental.

Nos Estados Unidos, W. E. B. DuBois deu continuidade a algo do trabalho do Dr. Blyden, levando-o até o século vinte. A unidade e libertação de toda a África era a missão principal de W. E. B. DuBois. Ele não perseguiu esta missão sozinho. Buscou aliados aonde os pudesse encontrar.

Seu interesse pela África se iniciou durante os tempos de estudante, na Universidade Harvard. Como resultado desse interesse, escreveu sua primeira e destacada obra, *The Suppression of The African Slave Trade To The United States* (A supressão do tráfico africano de escravos para os Estados Unidos), de 1896. Este interesse se manifestou ainda em duas outras obras, *The Souls Of Black Folk*⁷ (As almas do povo negro), de 1903, e *Gift of Black Folk* (O dom do povo negro), de 1924. Durante o período em que editou a revista *The Crises*, 1910-1934, inseriu a África como objeto de interesse para os afro-americanos. Seu livro, *The Negro*, publicado em 1915, constituía-se na primeira tentativa de produzir um levantamento da presença da África na história universal.

Após a Primeira Guerra Mundial, novos personagens e movimentos surgiram para desafiar a ordem social, clamando por uma nova ordem. O mais conhecido movimento dessa época chamava-se Associação Universal para o Progresso dos Negros (UNIA). E o vulto em destaque era seu dinâmico fundador, Marcus Garvey. Concorrente com o movimento liderado por Garvey, um outro intitulado Renascimento do Harlem trouxe os olhos do mundo para a comunidade étnica mais famosa. O Renascimento do Harlem, a seu modo, foi um movimento de consciência africana, amplificado por Marcus Garvey e seu projeto que clamava aos afro-americanos considerar a possibilidade de retornar à sua terra de origem. Em meio aos escritores afro-americanos, artistas e pensadores como DuBois, James Weldon Johnson, J. A. Rogers, Arthur A. Schomburg e William Leo Hansberry, o período do Renascimento do Harlem foi um tempo de redescoberta da África. Em seus escritos, esses pensadores afirmavam que os africanos eram grandes contadores de histórias, muito antes de seu despontar em Jamestown, na Virgínia, em 1619. A rica e colorida história, arte e folclore da África ocidental, a terra ancestral da maioria dos afro-americanos, mostram evidências disso e mais.

Tratava-se do prefácio do pós Segunda Guerra Mundial e uma reconsideração do papel que os povos africanos desempenharam na história. O livro de J. C. deGraft-Johnson foi publicado quando uma inquieta geração de africanos, tanto na África como fora dela, buscava pela história não colonial da África, a partir de um ponto de vista africano.

⁷ Tradução neste Projeto Cultural.

Se uma personalidade individual pôs em movimento esta mudança revolucionária na abordagem à história africana, foi ele W. E. B. DuBois. A mudança se iniciou quando publicou o pequeno livro, *The Negro*. Tratava-se de uma visão geral da história africana e seguiu-se com *Black Folk Then And Now* (O povo negro então e agora). Carter G. Woodson publicou seu livro, *The African Background Outlined* (Esboço da experiência africana), ainda hoje oportuno. DuBois seguiu com sua *Encyclopedia Africana*, uma história abrangente da África. Este projeto se iniciou com o convite de Kwame Nkrumah para que DuBois fosse para Gana.

O Congresso Internacional de Africanistas, realizado em Gana, levou ao estabelecimento de uma organização mundial de estudiosos africanos e ao planejamento do oitavo volume da obra da UNESCO, *História da África*, editada por mestres africanos. Quatro volumes já foram até agora completados.

Ressentimento havia de parte de estudiosos africanos quanto ao tratamento condescendente dado à história africana por estudiosos brancos. Essa insatisfação resultou num confronto, em 1959, entre pensadores negros e brancos, num encontro realizado em Montreal, Canadá. O confronto levou ao estabelecimento de uma segunda organização de pensadores africanos e afro-americanos, chamada *The African Heritage Studies Association* (Associação de Estudos da Herança Africana), que ainda existe. A AHSA é devotada a uma visão mais afro-cêntrica, demandando que a África seja vista a partir de um ponto de vista africano e apelando para a descolonização da história africana. A mais afortunada circunstância que se seguiu a essa confrontação é que mais consideração passou a ser devotada aos pensadores africanos e aos estudos de programas dos negros, agora referidos como Africana – Programas de Estudos. Os programas têm sido levados mais a sério nos campi universitários. A produção dos escritores africanos e afro-americanos Yosef ben-Jochannan, Joseph E. Harris, da Universidade Howard, e Walter Rodney, do Caribe, constituíam-se nos textos mais usados nas salas de aula. Mercer Cook, outrora no Departamento de Línguas Romanas, da Universidade Howard, traduziu o trabalho de xeique Anta Diop, *The African Origins Of Civilization: Myth or Reality* (A origem africana da civilização: mito ou realidade). Por isto, Diop que é considerado um dos mais hábeis historiadores africanos, tornou-se mais conhecido nos Estados Unidos e dos leitores de língua inglesa em toda parte. A obra de Chancellor Williams, *The Destruction of Black Civilizations* (A destruição das civilizações negras), tornou-se uma baliza para muitos campi universitários e programas de estudos dos negros. John G. Jackson, um historiador radical dos anos 1930, mais conhecido por sua abordagem quanto a aspectos religiosos, escreveu dois livros, de grande

circulação e respeitados. *Introduction To African Civilizations* (Introdução às civilizações africanas) e *Man, Gold and Civilization* (Homem, ouro e civilização). Seu mais recente livro é *Christianity Before Christ* (Cristandade antes de Cristo).

Pode se dizer, sem exagero, que hoje existe um renascimento do registro da história africana, por escritores de descendência africana. Dr. J. C. deGraft-Johnson pôs esse renascimento em movimento. Por esta razão, a republicação deste livro é um importante evento.

John Henrik Clarke

professor emeritus

Hunter College, New York City

Janeiro de 1986